



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO: PSICOLOGIA

DESEJO E NEUROSE OBSESSIVA

HUMBERTO BARBOSA ALCÂNTARA

BRASÍLIA
JUNHO/2011

HUMBERTO BARBOSA ALCÂNTARA

DESEJO E NEUROSE OBSESSIVA

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília como requisito
básico para a obtenção do grau de
Psicólogo da Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde.

Professor-Orientador:

Prof^ª Dr^ª Marcella Laureano Prattis.

Brasília/DF, Junho de 2011

E move-o, sem dúvida, ânsia do Infinito. (...)
E da terra os prazeres todos busca e sente. (...)
Nada há que o console ou que o apascente.
Mefistófeles, no Fausto, de Goethe

Sumário

Introdução	5
Capítulo I – Desejo	8
1.1. O desejo desde o ponto de vista de Freud	10
1.2. Desejo – um novo status na leitura lacaniana	12
1.3. Que queres (“Che Vuoi”)? – a linguagem esconde o sujeito	15
1.4. O objeto a – um resto representando a falta	18
1.5. Desejo – uma conclusão	19
Capítulo II – Neurose: uma escolha?	22
2.1. Neurose obsessiva – uma defesa para o eu	23
2.2. Gênese e vivências da neurose obsessiva	26
2.3. Obsessão e erotismo anal	30
2.4. Obsessão e masoquismo	33
2.5. Obsessão – a leitura lacaniana	36
2.6. O desejo na neurose obsessiva	40
Conclusão	44
Referências bibliográficas	50

Resumo

O homem sempre esteve confrontado com a expressão dos seus desejos. Descortiná-los, para entendê-los, foi um desafio para a Psicanálise desde seus primórdios. Freud não estudou o desejo explicitamente, mas o tratou como uma realização que se daria nos sonhos. Lacan, por seu turno, percebendo que Freud já falara do desejo, dá-lhe estatuto próprio e cria-lhe um lugar na gênese mesma da formação do eu. O desejo está sempre presente, seja qual for a forma de neurose escolhida pelo sujeito. No presente trabalho, a ênfase se dará na neurose obsessiva e no peculiar modo do obsessivo lidar com seu desejo. A neurose obsessiva é uma escolha feita pelo sujeito, na encruzilhada do Complexo de Édipo, para completar o processo de formação do eu. A experiência traumática que dará origem ao obsessivo foi vivida como prazer, o que redundará numa culpa inexprimível. O que se vê na neurose obsessiva é um sujeito que luta com um supereu excessivamente exigente, gerador de uma ultramoralidade que paralisa o obsessivo, ao tempo que o faz negar o seu desejo e aguardar a demanda do Outro. Essa demanda é tida como peremptória, sem saída. No caminhar do obsessivo, masoquismo e erotismo anal associam-se, imprimindo-lhe características que passam pelo amor à ordem, por uma parcimônia que pode tornar-se avareza e uma obstinação que, não raro, deságua em irada rebeldia. O masoquismo confere ao obsessivo uma necessidade de punição gerada por aquela culpa, recalcada no inconsciente, que o persegue desde o momento em que questionou a interdição e julgou ser o objeto de desejo do Outro. A psicanálise lacaniana vai representar a neurose obsessiva como uma saída de contorno para aquilo que, na ordem da sexualidade do Outro, é representante da falta. Como resultado, por caminhos diversos do histérico, o obsessivo termina por ver seu desejo insatisfeito, já que o vai (tentar) negar. Por fim, após perceber a forma como o neurótico se protege pela obsessão, é de se esperar que as pesquisas sobre o tema continuem. Mesmo porque, a neurose obsessiva sempre foi considerada enigmática e prenhe de possibilidades, seja por Freud, seja pela psicanálise lacaniana. O fato é que essa escolha continua a desafiar a clínica psicanalítica atual, pela miríade de nuances por meio das quais pode se apresentar.

Palavras-chave: desejo, neurose obsessiva, psicanálise.

Fala-se do homem da pós-modernidade, fala-se da perda de identidade e das novas formas de subjetivação. Fala-se da psicanálise. Fala-se de tantas coisas e de todas as opções que desafiam o sujeito contemporâneo. A terra saiu do centro do universo, o homem, do centro da evolução e, com Freud, o centro do homem fugiu dele mesmo. A psicanálise trouxe o inconsciente como o ator invisível que nos move a todos. O mundo mudou. Pode-se mesmo questionar se a mudança foi evolutiva, olhando-se os sofrimentos por que passa o sujeito moderno. São sofrimentos novos para o arcabouço teórico psicanalítico ou o ensino da psicanálise, em sua gênese, já trazia o germe da própria atualização?

Foi do drama da histeria que Freud iniciou sua revolução, de onde retirou as primeiras conclusões de base para o edifício da psicanálise. “Desde a *Interpretação dos Sonhos*, contudo, o mundo sofreu mudanças extraordinárias, e as atuais formas de sofrimento psíquico não são as mesmas do fim do século XIX e início do século XX” (Pinheiro, 2003). Ainda assim, em seus estudos, ele, Freud, já chamara atenção para outras conclusões, outras formas de engendramento possíveis para o sujeito humano. Ele anteviu a riqueza e o desafio trazido pela neurose obsessiva, “(...) indubitavelmente, o tema mais interessante e compensador da pesquisa analítica” e, “se nos esforçamos por penetrar mais profundamente em sua natureza, teremos de confiar em admissões duvidosas e suposições não confirmadas” (Freud, 1926[1925], 1996, p. 115). Essas inquietações parecem dar consistência ao estudo bibliográfico sobre o tema da neurose obsessiva, ainda que em um pequeno bosquejo, haja vista a extensão do tema e a quantidade de produções científicas disponíveis.

Todo estudo requer a definição de uma forma de abordagem e, neste trabalho, a neurose obsessiva será cotejada em face do desejo, em princípio, móvel da vida de todo ser humano. Desta forma é que se coloca: o que é o desejo e de que forma ele implica o sujeito obsessivo?

O tema da neurose obsessiva é recorrente nos desdobramentos vividos pela psicanálise. Se Lacan estruturou o eu sob os auspícios de conceitos novos acrescentados ao arcabouço psicanalítico, ele não deixou de considerar a neurose, entre elas a obsessiva, como uma das soluções possíveis no processo de formação do eu.

E o estudo da neurose obsessiva continua a trazer dúvidas e vislumbres de novos desdobramentos. Pode causar estranheza o estudo psicanalítico da neurose obsessiva, mesmo porque “a clínica das neuroses, sob a perspectiva psicanalítica tem sofrido constantes ataques” (Gazola, 2005, p. 9); mas a neurose obsessiva, ao contrário da histeria, tem sobrevivido como entidade clínica de forma quase próxima daquela originalmente descrita por Freud.

A neurose obsessiva continua sendo uma organização psíquica que “ilustra diretamente a conflitualidade intrapsíquica e muitos modos de manifestação do inconsciente” (Brusset, 2003, p. 7). Os sintomas obsessivos revelam o fenômeno de opressão que se impõe ao sujeito, que deles procura se livrar. E como negar que os sujeitos da contemporaneidade vivem cada vez mais oprimidos? Nessa opressão, mais obsessivos serão gerados. Aí a justificativa de se continuar estudando e atualizando as conclusões sobre a neurose obsessiva.

Nesse passo, a seguir o que vai apresentado, primeiramente, é um esclarecimento a respeito do desejo, do que ele é e de como se articula nos ensinamentos de Freud, que não o faz emergir com um estatuto próprio, e de Lacan, que o constrói na gênese do sujeito, a partir da falta estruturante de todo ser humano. Lacan nos convida a pensar o desejo como corolário da falta; desejo que se apresenta em uma pergunta ao mesmo tempo enigmática e apavorante: “o que queres?”; desejo que tem como causa de movimento o que Lacan chama de “objeto pequeno a”. Assim, é apresentado o desejo. O desejo, enfim, é o norte utilizado para abordar a neurose obsessiva, mas ela é o mote principal da pesquisa.

Da neurose obsessiva vai-se falar desde as descobertas do pai da psicanálise até as atualizações de Lacan e seus seguidores. Freud afirma que a neurose é uma escolha, então, a

neurose obsessiva é uma forma escolhida pelo sujeito para defesa do eu. Essa escolha tem uma gênese, durante a qual a neurose obsessiva desafia um trauma originário de natureza sexual vivido pela criança, para encontrar guarida em um masoquismo que é da estrutura mesma do obsessivo e que passa pelo erotismo anal. Essa leitura freudiana da neurose obsessiva foi, de alguma forma, confirmada e reformulada pelo pensamento lacaniano sobre a obsessão. Com base nesse pressuposto, apresenta-se, na sequência dessa pesquisa o tema da neurose obsessiva na releitura feita por Lacan.

Permeando todo o trabalho, ainda que não seja o mote principal a que se visa, vários conceitos e discussões da psicanálise lacaniana são trazidos em pequenos apontamentos – significante, pequeno e grande outro, dialética do senhor e do escravo, Lei do pai – como forma de (tentar) compreender os desdobramentos e a evolução trazidos ao tema pelo ensino de Lacan.

O tópico final remete diretamente à resposta para a questão: o que é o desejo e de que forma ele implica o sujeito obsessivo? Aí o que se articula é o entrelaçamento do desejo na formação neurótica obsessiva. Um modo particular do sujeito de lidar e manipular o desejo é o que vai caracterizar o neurótico obsessivo. Pois do desejo nenhum sujeito prescinde, não é mesmo?

Capítulo I – Desejo

Desejo, o que é? Desejo remonta à propensão, anseio, movimento em direção a um objeto que atrai o corpo ou a alma (Roudinesco, 1998). Com Freud e seu “A Interpretação dos sonhos”, o desejo, termo prosaico do cotidiano, deus na Grécia, questão instigante da filosofia clássica, ganhou aura de cientificidade, passando a ser considerado “o motor da vida anímica” (Jimenez, 1999, p. 7).

Para a psicanálise, o desejo marca o sujeito humano sexuado e o diferencia, fazendo-o sobrepujar aspectos estritamente biológicos ou comportamentais (Kaufmann, 1996). Na estrutura do sujeito humano, o desejo demarca a tênue diferença entre psicose e neurose (Jimenez, 1999, p. 16).

Freud trata o desejo como realização alucinatória do seu fim, já Lacan vai abordá-lo em contiguidade ao biológico e em estreita ligação com a linguagem (Kaufman, 1996). A abordagem lacaniana propõe que sejam distinguidos os conceitos de necessidade, demanda e desejo. A necessidade é uma força motriz que acompanha o ser humano desde seu nascimento e impede à satisfação própria dela, necessidade.

As necessidades do bebê são colocadas em palavras por outrem, enquanto ele mesmo não consegue utilizar a linguagem. Assim, a necessidade será interpretada e transformada em uma demanda a ser satisfeita, não pelo bebê, mas por aquele que a interpretou. A demanda nunca consegue ser a expressão completa da necessidade, alguma coisa se perde nessa transformação em palavras. A necessidade em si mesma, portanto, nunca será plenamente satisfeita; o máximo que outrem consegue é (tentar) satisfazer a demanda (Kaufman, 1996).

A necessidade, que é biológica, será satisfeita com um objeto concreto, real. Por seu turno, o desejo, entidade do inconsciente nasce do vácuo, da distância entre a demanda a ser satisfeita e a necessidade de onde ela se originou (Roudinesco, 1998).

Assim, para o sujeito, a demanda tem sempre um caráter decepcionante e não poderá satisfazer o desejo. Esse é um paradoxo que o desejo carrega, pois embora não possa ser dito em palavras, é somente através delas que ele se articula na demanda e passa a exigir ser satisfeito (Jimenez, 1999). O desejo encontra-se além da demanda, pois esta, por suas exigências articulatórias (em palavras), modifica e transpõe a necessidade. Assim, um termo a ser inscrito na problemática do desejo é a errância do desejo, isto é, “a excentricidade do desejo em relação a qualquer satisfação” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 350).

Nas palavras de Lacan, o desejo “se instaura e se propõe inicialmente na evolução humana como demanda (...)” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 262). A demanda, no fundo, é uma demanda de amor, “demanda daquilo que não é nada [concreto], nenhuma satisfação particular, demanda do que o sujeito introduz por sua pura e simples resposta à demanda” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 394). A demanda é endereçada a outrem e, aparentemente, incide sobre um objeto, mas um objeto que não tem materialidade; é um objeto inessencial, o que define a demanda como demanda de amor (Roudinesco, 1998, Laplanche e Pontalis, 2008).

Essa visão do desejo corrobora a consideração freudiana de que o desejo tende a recatexizar, ou seja, prover novamente de energia psíquica, o traço mnêmico de uma experiência de satisfação. Essa experiência, que está no âmago do desejo, foi perdida da memória, excluída do aparelho psíquico, algo que falta. Assim, pode-se dizer que, para Freud, o desejo se dirige a algo que não pode ser lembrado, reencontrado, é “algo indestrutível, impossível de satisfazer, paradoxal (...)” (Jimenez, 1999, p. 8).

O desejo, então, será desejo marcado e impulsionado por essa falta primária, um vazio constituinte que nos marca a todos e que cria o desejo e define um movimento de procura num sujeito que se faz desejanter. No pensamento lacaniano, o desejo não tende a um fim determinado, mas é causado por aquele vazio – por ele denominado “objeto pequeno *a*” – que pode assumir “roupagens imaginárias para exercer seu feitiço” (Jimenez, 1999, p. 9).

Todo esse paradoxo entre desejo e demanda estará no âmago da questão neurótica, uma vez que o desejo separa a neurose da psicose (Jimenez, 1999). A neurose é um modo particular de proteger o sujeito contra o desejo; um sujeito que não consegue distinguir demanda e desejo e se protege ao mantê-lo insatisfeito na histeria, como desejo impossível na neurose obsessiva e evitando-o na fobia (Jimenez, 1999).

1.1. O desejo desde o ponto de vista de Freud

Em Freud, antes de desejo, trata-se de desejos, no plural. A abordagem freudiana traz sempre a marca da realização: uma realização de desejo (Kaufmann, 1996). Nos primeiros estudos, o desejo não aparece explicitamente abordado, senão como uma análise de defesas, o que não permite instalar o espaço do desejo (Kaufmann, 1996).

Inicialmente, Freud não deu ênfase ao termo desejo, o qual vem associado com proibição, levando à formação de sintomas. A partir do momento que defende um sentido para os sonhos, de modo que a linguagem onírica tem estatuto próprio e não pode ser entendida como absurda nem ser comparada àquela da vigília, começa a construir o desejo como entidade diferenciada, utilizando recursos próprios dos sonhos: inexistência de contradição, justaposição de imagens por processos de condensação e deslocamento e inaplicabilidade do conceito temporal como o vê o sujeito em estado de vigília (Kaufmann, 1996).

Não há absurdos nos sonhos, eles têm um sentido. Não devem se assemelhar “aos sons desregulados que saem de um instrumento musical atingido pelo golpe de alguma força externa, e não tocado pela mão de um instrumentista. (...) Pelo contrário, [sonhos] são fenômenos psíquicos de inteira validade – realizações de desejos” (Freud, 1900, 1996, p. 157). “O desejo é um conceito complexo, que segundo Freud pode ser recalcado e aí realizado nos sonhos (...)” (Miller, 1997, p. 35). Vê-se, pois, que Freud não isola o desejo como

entidade, mas o toma tão-somente quando no sonho se produz uma “realização-de-desejo” (Kaufmann, 1996, p. 115).

O desejo se anuncia na alucinação do sonho; “sonhar é viver, não evocar pensamentos” (Kaufmann, 1996, p. 116). O desejo é o que, para a alma humana, se realiza pela alucinação e, primordialmente, pelo sonho. Significa dizer que “o sonho é a realização de um desejo recalcado e a fantasia é a realização alucinatória do desejo em si” (Roudinesco, 1998, p. 147).

Em Freud, o desejo é posto em evidência a partir da decomposição do sonho por meio do método catártico, por meio da associação livre e da transferência no momento da escuta dos sintomas. Mais do que a realização do desejo, o sonho é uma forma de expressão do desejo, é o desejo em ação nomeado em seu modo de expressão que é o sonho (Kaufmann, 1996): “O sonhar toma o lugar da ação (...)” (Freud, 1900, 1996, p.158).

Avançando em suas análises dos sonhos, Freud verá em seu nascedouro uma supressão de culpa, de um desejo culpável. Esse desejo culpável remonta a desejos de infância satisfeitos por um corretivo mágico, e, por serem infantis, são intemporais, mesmo não sendo atuais. “A idéia de eternidade ou de indestrutibilidade do desejo (...) explica o fato clínico da insistência de um desejo da infância em cada sonho” (Kaufmann, 1996, p. 117). O desejo passa a ser, então, uma suspensão provisória, pelo pensamento, de uma realização, que se daria no momento em que traços mnêmicos de uma experiência pregressa de realização são reinvestidos (Kaufmann, 1996).

O desejo culpável faz com que o sonho o distorça e, ainda que haja sonhos que são realizações indisfarçadas de desejos, outros há em que o desejo não consegue se manifestar senão de forma distorcida, irreconhecível, em virtude de uma defesa que se ergue contra ele (Freud, 1900, 1996). Isso porque os conteúdos latentes do sonho não são conscientes, ao passo que os conteúdos manifestos são conscientemente lembrados; daí que a instância

consciente faz uma censura aos conteúdos latentes antes de deixá-los penetrar na consciência (Freud, 1900, 1996). Os sonhos aflitivos, ainda que realizem um desejo por parte da instância não consciente, são penosos para a segunda instância, a instância consciente, cuja “relação com os sonhos é de natureza *defensiva* e não *criativa*” (Freud, 1900, 1996, p. 180, em itálico no original).

A partir da análise do caráter de desprazer trazido por alguns sonhos, Freud (1900, 1996, p. 193, em itálico no original) modifica a relação entre sonho e desejo, na fórmula que expressa a natureza dos sonhos, dizendo que "*o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (suprimido ou recalcado)*".

Mas que espécie de desejos são realizados nos sonhos? pergunta-se Freud. A origem, especula então, pode estar: a) naqueles desejos, despertados durante o dia, que não puderam ser satisfeitos por razões externas ao sujeito; b) nos desejos despertados, mas repudiados e, portanto, suprimidos; c) em desejos que nenhuma ligação têm com a vida diurna e somente são despertados durante a vida noturna. Tendo em conta a primeira tópica freudiana¹, os primeiros estão localizados no pré-consciente, os segundos recuam do pré-consciente para o inconsciente pelo trabalho da censura; os terceiros são incapazes de transpor a barreira do inconsciente (Freud, 1900, 1996).

De tudo o que foi dito, pode-se afirmar que se Freud descortinou o desejo no sonho, não o alçou a entidade verdadeiramente independente com estatuto e forma singulares.

1.2 Desejo – um novo status na leitura lacaniana

Ao contrário de Freud, Lacan não vê o desejo como fenômeno pulsional cuja descarga se dá pelo sonho ou é sublimado pelas artes. A possível insatisfação infantil, que em Freud alimenta a descarga alucinatória da pulsão, nada mais evidencia que a supressão do

¹ Na primeira tópica, o psiquismo humano é dividido em inconsciente, pré-consciente e consciente, diferentemente da segunda tópica, em que Freud traz os conceitos de isso, eu e supereu.

componente biológico na formação do desejo e não pode ser visto como equivalente à pulsão. O desejo se dá na confluência do biológico e da demanda de amor manifestada por meio da linguagem (Kaufmann, 1996).

Freud via o desejo como demonstração do desejo sexual, mas na medida em que ele determina ciclos de comportamento até a satisfação, é uma característica presente nos seres animais. Ora, na experiência psicanalítica não é desse desejo enquanto necessidade que se vai manejar, senão do desejo que não conhece a si mesmo, por definição (Miller, 1997).

O desejo não se confunde com a necessidade (biológica, real) – que foi substituída pela demanda – nem com o amor, o qual aliena a necessidade: “se, epistemologicamente, as necessidades se alienam na demanda que condena o homem ao significante², é imaginariamente que se produz o desejo” (Kaufman, 1996, p. 118). O desejo imagina objetos no corpo do outro, os quais, seguindo o raciocínio de Lacan, faltam sempre em todo e qualquer sujeito, já que as necessidades são alienadas na demanda, algo se perdendo nesse processo. O desejo, então, longe de ser alucinatório, é, antes de mais nada, falta, inadequação. Essa falta, que ocorre na hiância³, no vazio que é o inconsciente, tem uma função estruturante do desejo. Se há falta, o desejo se estrutura como uma “falta-a-ser” (Lacan, 1964, 2008).

² Termo desenvolvido pela teoria estrutural da língua para indicar parte do signo linguístico que remete à representação psíquica do som – uma “imagem acústica” – em oposição ao significado, parte que remete ao conceito. Ou seja, significante e significado se unem para gerar o signo, um sinal linguístico (Roudinesco, 1998). No sistema de pensamento de Lacan, o significante é o “elemento significativo do discurso (consciente e inconsciente), que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito, a sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica” (Roudinesco, 1998, p. 708). O significante é uma categoria formal e qualquer coisa pode ter essa denominação, desde que respeitadas três características: (a) ser expressão involuntária de um ser falante; (b) ser desprovido de sentido, ou seja, o significante não tem sentido, não é explicável, apenas “é”; (c) o significante “é” na medida em que se liga a outros significantes, ele é o “um” na cadeia de significantes e nunca está sozinho, ainda que a cadeia não se faça perceptível, porque se dá no inconsciente (Nasio, 1993). O mais característico do significante não é a possibilidade de substituir (leia-se colocar em palavras) as necessidades do sujeito e sim o fato de que ele é “essencialmente de natureza substitutiva em relação a si mesmo” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 353).

³ Termo emprestado por Lacan ao filósofo Immanuel Kant e utilizado em face da dificuldade relacionada ao conceito de causa. Na função da causa sempre sobra certa “hiância”, algo de inconceitual, de indefinido. Quando se fala de causa, “há um buraco, e algo que vem oscilar no intervalo. Em suma, só existe causa para o que manca”, isto é, o que claudica, o que falta (Lacan, 1964, 2008, p. 29). A hiância do inconsciente é pré-ontológica, isto é, o inconsciente “não é nem ser nem não-ser, mas é algo de não-realizado” (Lacan, 1964, 2008, p. 37). O inconsciente tem uma função pulsativa e uma necessidade de desvanecimento; tudo que aparece em sua fenda (na hiância) parece estar fadado a escapular, a desaparecer, metáfora empregada pelo próprio Freud (Lacan, 1964, 2008).

O desejo, no ensino de Lacan, se apresenta em duas vertentes: a do imaginário, pela característica mesma do humano participar da classe dos animais, ainda que sob formas diversas de manifestação; e a do desejo como ligado ao outro⁴ (Miller, 1997). O desejo decorre da premência na satisfação das necessidades, levada a cabo por meio de um apelo (linguístico) a um Outro, que é “um espaço aberto de significantes” (Kaufman, 1996, p. 385). Um Outro estruturado na “hiância do inconsciente”, a qual é “pré-ontológica”, ou seja, o inconsciente existe antes do próprio ser do sujeito; um espaço que não chega a “ser”; um furo entre a causa e o desejo; algo que apenas se insinua, permanentemente, infatigavelmente, enfim, um hiato (Lacan, 1964, 1985, p. 33).

E se a satisfação não é mais alucinatória, um novo ator ingressa na cena de satisfação e transforma o desejo em uma demanda ao Outro, uma demanda de amor. A ordem biológica, pois, não se basta e o sujeito se aliena no Outro, em uma demanda voltada para a satisfação do desejo, mas exigindo uma satisfação absoluta, a qual não se realizará jamais, ou seja, a satisfação nunca se dará na forma demandada. A demanda de amor sinaliza o apelo e o terreno de relação que se estrutura pela linguagem. O discurso inconsciente é sustentado pelo desejo de reconhecimento do sujeito (Lacan, 1999, 1957-1958).

⁴ A diferença que se faz entre outro (minúsculo) e Outro (maiúsculo) é uma implicação da concepção lacaniana do significante (Kaufmann, 1996) – ver nota 1. O “pequeno” outro é um semelhante do sujeito. Quanto ao “Outro” (maiúsculo), em determinado tempo do desenvolvimento humano tudo o que acontece no registro da identificação do sujeito remete à relação com o significante no Outro, e, nesse tempo, sinaliza mesmo a presença, palpável, desse Outro (Lacan, 1957-1958, 1999). Além disso, esse “Outro” é um lugar, um espaço aberto de significantes com o qual qualquer sujeito se depara desde a sua entrada no mundo (Kaufmann, 1996); o grande Outro “constitui o lugar de um sistema unitário do significante” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 352). Logo, o Outro também é simbólico e a ele o sujeito acede por meio da linguagem. Esse Outro que se encarna na presença e se desnuda pelo simbólico provoca que o desejo, no ser humano, de forma extensa e constante, se satisfaça tanto com palavras quanto com satisfações mais substanciais (Lacan, 1957-1958, 1999). Assim, ele, o Outro, é decisivo para o desejo do sujeito, pois, se num primeiro momento é o lugar onde jazem os significantes, posteriormente nele se vai constituir a subjetivação. Naquele primeiro tempo, a relação com o Outro torna este desejável, uma vez que o sujeito, nos primórdios de sua existência, sente que lhe falta algo para tornar-se completo e o procura lá, no Outro. Em um segundo tempo, o sujeito descobre que esse Outro também deseja, portanto também lhe falta algo. Sujeito e Outro desejam e o desejo do sujeito é o desejo do Outro, dirá Lacan (Kaufmann, 1996). O desejo é marcado e impulsionado por essa falta primária, constituinte. O desejo incide sobre a fantasia, sobre um outro imaginário; “é desejo do desejo do outro (...)” (Roudinesco, 1999, p. 147).

1.3. *Que queres (“Che Vuoi”⁵)? – a linguagem esconde o sujeito*

Fink (1998, p. 71) aborda a formação do sujeito e sua relação com o desejo do outro e salienta que “criança e o Outro têm pesos muito desiguais e a criança quase que inevitavelmente perde na luta entre eles”. Isso quer dizer que a criança se assujeita ao Outro para tornar-se um sujeito da linguagem, ou seja, ela terá que se alienar na linguagem para que possa separar-se, deixar para trás a alienação inicial e inevitável no Outro. Desse modo, a criança escolhe a linguagem e aceita “expressar suas necessidades através de um meio distorcido (...) da linguagem (...)” (Fink, 1998, p. 72).

Outro aspecto ponderado por Lacan é o fato de que a criança resulta de um desejo, o desejo dos pais, ou seja, o sujeito, em última instância, é “*causado pelo desejo do outro*” (Fink, 1998, p. 72, grifo no original). Desta forma, a criança separa-se do Outro, aliena-se na linguagem, mas tenta lidar com o desejo do Outro na forma como ele se manifesta no mundo dela, criança. Buscando sondar o desejo do Outro, percebe e é forçada a aceitar o fato de que ela não é o único desejo desse Outro; Outro que é, na maior parte das vezes, a mãe (Fink, 1998). Assim, a criança sempre fracassa na tentativa de ser o objeto do desejo do Outro.

E o desejo torna-se um enigma: “Che Vuoi”? (“o que queres?”), empresta Lacan a Cazotte essa que aparece como uma indagação apavorante (Dor, 1999). O sujeito ao se perguntar do próprio desejo, na verdade ouve-se como “o que você quer de mim” (Jimenez, 1999). O desejo é sempre o desejo do Outro, em três níveis: “1) o sujeito deseja o Outro; 2) o sujeito deseja ser desejado pelo Outro; e 3) o sujeito deseja o que o Outro deseja, ou seja, é como Outro que o sujeito deseja” (Jimenez, 1999, p. 18).

Inicialmente submetido e alienado ao Outro, ao alienar-se na linguagem e separar-se desse Outro, o sujeito na verdade, “sai de cena” encoberto pelo véu de uma linguagem que o

⁵ Expressão emprestada por Lacan do romance “O diabo apaixonado”, do francês Jackes Cazotte.

anuncia. Perguntar “o que queres” ao invés de perguntar “que quero?” indica que o indivíduo sente-se fora de si mesmo, no que se refere ao desejo (Jimenez, 1999).

O sujeito existe, pois a linguagem o denuncia e dele se pode falar, mas será sempre uma possibilidade, uma falta-a-ser, uma falta constituinte do ser. Pela linguagem, a ordem simbólica designa um lugar ao sujeito, lugar esse que o sujeito não detém, pois o signo o representa, sempre. Em outras palavras, o significante funda o sujeito, tem a força ôntica que o extrai do real e, no mesmo passo, assinala e anula a existência desse sujeito (Fink, 1998).

O sujeito pode ser representado por um conjunto vazio dentro da ordem significante, vale dizer, ele existe marcado por um símbolo, o qual, mais não é do que o nome próprio do sujeito. Esse nome que lhe foi designado e lhe é estranho, será, no futuro, significante da própria ausência do sujeito, pois, com o tempo, “irá até a raiz do seu ser e tornar-se-á inextricavelmente ligado a sua subjetividade” (Fink, 1996, p. 75). A linguagem precede o sujeito, determina simbolicamente o lugar que ele vai ocupar, construído pelo desejo de algumas gerações. Prévio a si mesmo, o sujeito assumirá “como um *eu*, a dizer *sim* ou *não*, a um desejo que o precede” (Barros, 1999, p. 69, em itálico no original).

Ao se alienar na linguagem, o sujeito descarta o “ser” pelo “existir”, existir como um marcador de lugar dentro de uma ordem simbólica. Paralelamente, na separação do Outro, o sujeito vai percebê-lo também como um ser em que falta algo. Nesse sentido, a criança tentará preencher essa falta que ela pressente no Outro; ela tentará ser o objeto de desejo dos pais; o desejo dela é o desejo do Outro. Para Lacan, “a falta e o desejo são co-extensivos” (Fink, 1998, p. 77).

A criança estrutura seu desejo a partir do desejo do Outro, mas esse desejo não é um desejo próprio, mas tenta ser o próprio desejo do Outro: deseja-se da mesma forma, deseja-se como se fora o Outro. Sobrepor totalmente o desejo do Outro no seu próprio, fazê-los coincidir de modo a que a criança obture a falta pressentida é “quimérico e irrealizável” (Fink,

1998, p. 77). Note-se que o não realizar a coincidência entre os desejos afasta uma possível estruturação psicótica; e o que impede essa realização é a interdição paterna, a metáfora do pai, na denominação lacaniana.

A metáfora do pai, ou o Nome-do-Pai, um significante primordial, deve ser assimilado pela criança, sob pena de ela apenas assimilar a linguagem, mas não vir-a-ser na linguagem. A função paterna irá se imiscuir na célula mãe-filho, ali onde a simbiose faz deles um só; e essa função é um significante que pode muito bem não ser representado por qualquer ser biológico, mas, tão-somente por um termo de linguagem, representante da ordem simbólica. Pois a ordem simbólica vem neutralizar o real, indiferenciado, e transformá-lo em realidade social; transformar, barrar a unidade indiferenciada mãe-bebê e dar origem ao sujeito. “Nos termos freudianos, a ordem simbólica é um correlato do princípio da realidade, que não nega por completo os objetivos do princípio do prazer, mas os canaliza para caminhos socialmente estabelecidos” (Fink, 1998, p. 79).

Esse significante mestre, representado inicialmente com rigidez pelo Nome-do-Pai ao longo da entrada da criança no mundo da linguagem, vai adquirindo a fluidez do movimento dialético dos significantes. Tornando-se um significante plenamente desenvolvido, ele simboliza o desejo do Outro materno, cuja função é criar “uma fratura na unidade Outro materno-criança”, proporcionando ao bebê um espaço próprio, “onde pode respirar mais tranquilamente”, a salvo da grande “boca de crocodilo”, na imagem usada por Lacan, que é o desejo e o papel da mãe e onde a criança se encontra (Fink, 1998, p. 79). Ao simbolizar o significante da falta do Outro, o sujeito vai-se estruturar não mais com um “mero marcador de lugar no simbólico, esperando ser preenchido, mas um sujeito desejante” (Fink, 1998, p. 79).

Para falar do próprio desejo, é necessário que o sujeito percorra o caminho do real à realidade, criado pela linguagem. O real, na forma como Lacan o vê, “é um tipo de tecido

inteiro, indiferenciado, entrelaçado de forma a ser completo em todos os lugares” (Fink, 1998, p. 44). Ele, o real, pré-existe a qualquer sujeito, sujeito que é como que jogado no real. A ordem simbólica vai criar divisões nesse real, assimilá-lo, sugá-lo e, desta forma, eliminá-lo (Fink, 1998).

A letra⁶ mata o real, nas palavras de Lacan e, ao neutralizar o real, o simbólico cria a “realidade”, tudo o que pode ser pensado e falado, já que pode ser nomeado pela linguagem (Fink, 1998). Diferente da realidade, o real engloba tudo o que “ainda não foi simbolizado, resta ser simbolizado, ou até resiste à simbolização” (Fink, 1998, p. 44).

1.4 O objeto a – um resto representando a falta

A linguagem vai simbolizando gradativamente o real primitivo, original, o qual vai sendo abandonado, sem, contudo, ser totalmente removido. Ou seja, sempre existirá um resto de experiência que a linguagem não consegue simbolizar. Esse resto é chamado por Lacan de objeto *a* (Fink, 1996).

O objeto *a* pode ser visto como o outro semelhante do sujeito, amado e desaparecido. Esse outro, que Freud designa simplesmente como “objeto”, Lacan vai denominar de objeto *a* (Nasio, 1993). O objeto *a* representa algo desaparecido, do qual não se pode dizer se é um corpo real, uma imagem de fantasia ou uma representação simbólica: “a letra *a* é uma maneira de nomear a dificuldade, ela surge no lugar de uma não resposta” (Nasio, 1993, p. 93). De outro lado, o próprio movimento da ordem simbólica vai “além da ordem simbólica em si” e “cria um real de ‘segunda ordem’ ” (Fink, 1996, p. 46, aspas no original). Essa cadeia inclui elementos que são simbolizados, mas também se caracteriza por aqueles que são deixados fora dela (Fink, 1996).

⁶ A letra, nesse sentido, confunde-se com a linguagem, com a palavra, a letra em si que, nessa perspectiva não está diferenciada do significante (Fink, 1996).

O objeto *a* é uma letra, um símbolo, cuja função central é nomear um problema não resolvido. O real que não foi apreendido na simbolização, Lacan o chama de *a* para diminuir o “furo” na ignorância que se faz estrutural em cada sujeito (Nasio, 1993). O objeto *a*, mais que uma ausência ou causa estática, é uma causação (causa e ação), objeto causa do desejo, motor do desejo do sujeito. Ele faz o sujeito se movimentar em direção a algo que fora um dia sentido como parte do próprio sujeito. Um outro amado, para além da mera imagem do sujeito; coisa que é mais do que prolongamento do seu próprio corpo; símbolo desvelado por um traço único – *unário*, na linguagem lacaniana, esta é uma forma de abordar o objeto *a* (Nasio, 1979).

1.5 Desejo – uma conclusão

O desejo, portanto, sempre implica um outro; o desejo é o desejo do desejo do outro (Roudinesco, 1998). Nesse passo, Miller (1997), lembra que Lacan manteve a referência hegeliana ao par do mestre e do escravo, duas consciências que devem fazer as mesmas operações, pois a única coisa que as distingue é o fato de serem duas; vale dizer, são iguais.

A dialética do senhor e do escravo foi apropriada por Lacan a partir da filosofia de Hegel, que a usa como “imagem (...) da importância da relação com o outro na constituição da identidade” (Marcondes, 2007, p. 227). Essa metáfora procura retratar a luta da consciência pelo reconhecimento do outro (de outra consciência). Cada consciência é consciência de si e confronta o Outro, que também é uma consciência de si (Marcondes, 2007). “O agir unilateral seria inútil; pois, o que deve acontecer, só pode efetuar-se através de ambas as consciências. (...) Enquanto agir do Outro, cada um tende, pois, à morte do Outro [...] a relação das duas consciências-de-si é determinada de tal modo que elas se provam a si mesmas e uma a outra através de uma luta de vida ou morte” (Hegel, 1806-1807, 1992, pp. 127, 128). A consciência do senhor submete a do escravo, mas nessa relação dialética aquela precisa ser reconhecida

por esta, ou seja, o senhor depende do reconhecimento do escravo para ser consciência (Marcondes, 2007).

Desta forma, o desejo incide sobre um outro imaginário, uma fantasia; é o desejo do desejo do outro. Esse outro que o sujeito deve reconhecer na luta de morte identificada na dialética do senhor e do escravo (Roudinesco, 1998). “A relação dual não pode chegar a um acordo, pois no final cada uma deve querer a supressão da outra (...); aparece um ‘você e eu’ essencial” (Miller, 1997, p. 37, aspas no original). Essa supressão necessária é relatada por Fink (1998) quando afirma que, na formação do sujeito, a criança quase que invariavelmente perde na luta com o Outro, uma vez que têm pesos desiguais; e se aliena na linguagem para fazer-se sujeito.

É o triunfo do escravo, pois se o mestre quer a morte do escravo, este cede diante do medo da morte, reconhecendo o mestre e, portanto, tornando-se sujeito. Se o mestre não reconhece ninguém, resta-lhe somente a morte (Miller, 1997). O mestre torna-se inumano, pois não entra no circuito de reconhecimento do outro. Já o escravo, ao entrar no circuito de “reconhecimento”, sai de um ‘eu ou você’ e passa a ‘você e eu’: “sou eu porque é você”; o escravo se faz sujeito no momento que se funda no outro (Miller, 1997). “É somente em retorno que minha identidade pode surgir” (Miller, 1997, p. 38).

Desta forma, uma definição de desejo que se pode abstrair do ensino de Lacan é a de “um desejo evanescente, cujo único objeto e única satisfação é a de ser reconhecido pelo outro (...). O desejo não tem substância (...) tem a mesma aura de infinidade (...) que o sintoma de ontem (...), nenhum objeto com substância (...) o desejo não é nada além do que o reconhecimento do desejo (...) do desejo de ser reconhecido” (Miller, 1997, p. 40).

O desejo foi o que, no início, a descoberta freudiana “depositou ênfase”, tendo-o descoberto tanto nos sonhos quanto nas manifestações patológicas (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 331). A questão do desejo está inextricavelmente imbricada na questão da estrutura da

personalidade, pois a implicação subjetiva passa pela invocação do desejo. Quanto ao desejo, ele é o ponto que distingue a neurose da psicose, na medida em que nesta está ausente a dimensão do desejo próprio, enquanto naquela solicita-se a invasão do Outro⁷. Assim, pois, falar do desejo é invocar as soluções para o eu que se desenvolve, entre elas uma possível escolha neurótica pelo sujeito.

⁷ Ver nota 3.

Capítulo II – Neurose: uma escolha?

No que concerne às neuroses, uma grande questão para a Psicanálise, além de saber o como e o porquê uma pessoa cai doente, é desvendar o motivo de a pessoa vitimar-se de determinada neurose e não de qualquer outra; trata-se do “problema da ‘escolha da neurose’”, assim como o coloca Freud (1913, 1996, p. 341, aspas no original).

O crescimento do sujeito até a idade adulta se dá em fases que redundam no desenvolvimento completo das funções sexuais e outras funções do eu. Esse percurso, não raro, envolve percalços e é possível que alguma dessas funções fique estacionada em determinado estágio – um ponto de fixação – não progredindo até a desejável maturação. Posteriormente, ao se deparar o indivíduo com um adoecimento decorrente de alguma perturbação externa, é provável que tal função regrida até aquele ponto onde ficara fixada (Freud, 1913, 1996).

As diversas síndromes psicopatológicas são resultados da dialética entre as relações de objeto⁸ e as ansiedades, com seus correlatos sintomas, inibições, estereótipos, e os mecanismos que o ego utiliza para suprimi-las (Zimmerman, 1999). A neurose obsessiva, entre elas, desde sempre representou um desafio para a psicanálise. A neurose obsessiva é “sem dúvida nenhuma, o objeto mais fecundo e mais interessante da pesquisa analítica” (Freud, 1930, citado por Kaufmann, 1996, p. 358).

Green (1964, 2005), ao fazer um paralelo entre histeria e obsessão no pensamento freudiano, argumenta que desde os primórdios da psicanálise, a histeria é colocada em certa contraposição à neurose obsessiva. Advindas como defesas de um trauma de infância, elas

⁸ Relação de objeto – “Expressão que designa as modalidades fantasísticas da relação do sujeito com o mundo externo, tal como se apresentam nas escolhas de objeto que esse sujeito efetua” (Roudinesco, 1998, p.552). Em Lacan, a partir da elaboração do objeto como falta ou perda, há três modalidades de relação de objeto: (a) privação: falta real de um objeto simbólico; (b) frustração: falta imaginária de um objeto real; e (c) castração: falta simbólica de um objeto imaginário (Dor, 1989, Roudinesco, 1998).

vão se distinguir quanto à data do trauma, que é anterior na neurose obsessiva, bem como no tipo do trauma, o qual, na neurose obsessiva, é de natureza agressiva e perversa.

Do ponto de vista tópico, as consequências do trauma têm efeito constitutivo, indo além de um mero efeito imediato. Prosseguindo o desenvolvimento do sujeito, infância e puberdade conferem ao trauma uma forma bifásica já que, durante a puberdade, a neurose é desencadeada “pelo efeito econômico da elevação do nível pulsional próprio a esse período” (Green, 1964, 2005, p. 171). Uma categoria de causalidade psíquica especial decorre de todo esse processo, o que levou Freud a criar uma classe nosográfica especial: as psiconeuroses de defesas, conclui Green (1964, 2005).

Psiconeurose de defesa é uma denominação que se explica pelo fato de que os sintomas são defesas bem-sucedidas, pois eles tiveram a capacidade de impedir os conteúdos inconscientes de atingir a consciência (Green, 1964, 2005). É nas psiconeuroses de defesa que vão se situar as neuroses histérica e obsessiva.

2.1. Neurose obsessiva – uma defesa para o eu

Freud reconheceu nexos entre os sintomas obsessivos e os fenômenos histéricos e os reuniu no grupo de psiconeuroses de defesa, onde também incluiu certas psicoses (Delorenzo, 2005). Já em 1894, Freud falava das neuropsicoses de defesa para afirmar que a ocorrência de incompatibilidade entre o eu e algumas experiências, sentimentos ou representações levaria o sujeito a relegá-las ao esquecimento, uma vez que ele, sujeito, não se sente capaz de resolver a contradição por meio da atividade de pensamento. O esforço voluntário para eliminar da mente as incompatibilidades que geram no eu afetos aflitivos pode produzir reações patológicas, utilizadas pelo eu como defesas, e que podem ser uma histeria, uma obsessão, uma psicose alucinatória (Delorenzo, 2005).

Uma das características dessas defesas é provocar no sujeito uma divisão do conteúdo da consciência. O que diferencia aqueles que sofrem de fobias e obsessões é o fato de que, nas obsessões, “*a divisão do conteúdo da consciência resulta de um ato voluntário do paciente*”, ainda que a intenção inicial não tivesse sido a de alcançar tal divisão (Freud, 1894, p.54, grifo no original).

Kaufmann (1996, p. 359, aspas no original) esclarece que na histeria “a fonte de excitação é ‘transportada para o corporal’ por um processo de conversão; enquanto que na obsessão, o característico é a fonte de excitação permanecer necessariamente no psíquico”. Quando a predisposição à neurose carece de aptidão para a conversão [histórica], o sujeito separa o afeto da representação incompatível e a rechaça, mantendo aquele na esfera psíquica (Kaufmann, 1996).

A capacidade de conversão não opera na neurose obsessiva, nela o traço dominante e peculiar é a ruptura que se opera entre a idéia e o estado emotivo; aquela será submetida à mudança, este permanecerá o mesmo (Green, 1964, 2005). Assim, o afeto [estado emotivo], estando livre, liga-se a outras representações [idéias], as quais, originalmente, não são incompatíveis com o eu, mas se tornam representações obsessivas em virtude dessa falsa ligação (Freud, 1894, 1996).

A fonte dos afetos aflitivos remonta à vida sexual do sujeito, pois, “(...) é precisamente a vida sexual que traz em si as mais numerosas oportunidades para o surgimento de representações incompatíveis” (Freud, 1895|1894|, 1996, p. 59). As neuroses de defesa têm seu vetor nas experiências sexuais infantis e são desencadeadas na medida em que a representação do episódio sexual se desliga do afeto e este afeto é investido em outra representação, a qual é compatível com o eu (Kaufmann, 1996). Essa afirmação tem esteio no fato de que em toda obsessão são encontrados dois correspondentes: “(...) (1) uma

representação que se impõe ao paciente; (2) um estado emocional associado” (Freud, 1895|1894|, 1996, p. 79).

Todo esse processo se produz no inconsciente e retorna em fase posterior do desenvolvimento psicosexual sob a forma de sintomas, manifestando-se por obsessões exteriorizadas em idéias, atos ou impulsos (Kaufmann, 1996). A obsessão é sucedânea e tomou o lugar, na consciência, da representação sexual incompatível, que fora rechaçada. A separação da representação sexual do seu afeto e a ligação deste a outra representação que não lhe seja incompatível é um processo que se desenrola fora da consciência (Freud, 1894, 1996). As representações substituídas se referem “a experiências penosas na vida sexual do sujeito, que ele se esforça por esquecer” (Freud, 1895|1894|, 1996, p.80).

Na realidade, Freud contrapôs o corpo que vive a experiência – o corpo doente – a uma nova ordem corporal, “divorciada de qualquer materialidade anatômica” (Delorenzo, 2005, p. 26). Assim, ao lado da doença passa a existir um adoecer, prenhe de subjetividade, onde o sintoma é sentido não na anatomia real, mas na imagem do corpo. “O corpo na psicanálise ganhará, a partir de então, uma dimensão totalmente original: pela geografia simbólica que o demarca, pela anatomia fantasiada que o sustenta” (Delorenzo, 2005, p. 26).

A representação do objeto do investimento é egossintônica, mas, em sua origem é estranha e até mesmo incompatível com o afeto (Kaufmann, 1996). Esse fato, essa falsa ligação “entre o estado emocional e a representação associada [...] explica os disparates tão característicos das obsessões” (Freud, 1895|1894|, 1996, p.80). Disparates que, desde cedo, a psicanálise buscou significar, pois ela não nega o irracional e o inquietante, nem vê neles a aparente negatividade. Pelo contrário, se há suspeita lançada sobre o manifesto, ela, a psicanálise, vai buscar significação naquilo que se mostra insensato e incoerente no que aparece do fenômeno (Delorenzo, 2007).

Mesmo porque, do ponto de vista temporal, a neurose obsessiva desenvolve-se de um modo polifásico (Green, 1964, 2005). No primeiro tempo, o eu é exposto a experiências traumáticas ativas determinantes, mas encobertas por um trauma passivo. No segundo tempo, quando a idéia está separada do afeto e esquecida, uma circunstância a reativa e desperta a reprovação pelo gozo gerado na vivência traumática do primeiro tempo. Essa reprovação nada mais é que um sintoma primário de defesa expresso em uma excessiva escrupulosidade presente e presentida por um caráter corroído pelo traço inquietante do remorso.

Um terceiro momento é tomado pelo retorno do recalçado, quando a defesa trabalhará para manter o afeto separado da representação, gerando deslocamentos daquele afeto para idéias substitutas de conteúdo não-sexual. Na realidade, há “um duplo deslocamento, em que o *presente substitui o passado e o não-sexual substitui o sexual*, mantendo-se o estado emotivo de reprovação, o estado do desprazer” (Green, 1964, 2005, p. 173, em itálico no original). Por fim, chega um quarto e último tempo, momento em que se criam medidas de proteção, defesas secundárias expressas em compulsões, rituais, verificações. Essas defesas, ao suplantarem vitoriosas a idéia original, tornam-se, elas mesmas, obsessivas (Green, 1964, 2005).

2.2. *Gênese e vivências da neurose obsessiva*

O roteiro do desenvolvimento da neurose obsessiva remonta à fase edípica [puberdade], quando a degradação da libido alia-se à resolução do Complexo de Édipo, implicando na proibição definitiva do incesto, que leva à consolidação de um supereu especialmente severo e duro (Freud, 1926, citado por Kaufmann, 1996). Da tensão constante entre eu e supereu, aquele reage com ansiedade à percepção de que não teve o desempenho à altura das exigências deste (Freud, 1924, 1996).

O ponto de partida da neurose obsessiva teria sido um episódio traumático, sentido como prazeroso pela criança e vivido, pelo menino, como uma agressão sexual inspirada pelo desejo, ao passo que a menina o teria vivido no gozo pela participação nas relações sexuais (Freud, 1896, 1996). A precocidade da vivência sexual que está na gênese da neurose obsessiva explicaria o vínculo estrutural dessa neurose com o sentimento de culpa, relacionada às “recriminações que o obsessivo faz a si mesmo, ao reviver o gozo sexual que antecipava a experiência ativa de outro” (Kaufmann, 1996). Essas recriminações foram transformadas, substituídas, desfiguradas pelo trabalho psíquico inconsciente. “Nas obsessões verdadeiras, outros estados emocionais, como a dúvida, o remorso ou a raiva podem ocorrer, tanto quanto a angústia” (Freud, 1895, 1996, p. 79).

De outro lado, o eu se desenvolve antes da libido na disposição à neurose obsessiva, isso levaria ao desequilíbrio da ambivalência entre ódio e amor (Kaufmann, 1996). Ódio e amor se sobrepõem e se alternam no desenvolvimento da criança, mas o desequilíbrio entre eles, aliado ao desenvolvimento prematuro do eu, dá margem ao surgimento de uma moral que é salvaguarda do amor. Isto mantém à distância a agressividade estruturante de todo ser humano, uma “hipermoralidade”, característica do obsessivo, a qual é baluarte na defesa do seu amor pelo objeto contra a agressividade que o espreita incansavelmente (Freud, 1913, 1996).

O eu obsessivo, fechado às pulsões do isso e atormentado pelo supereu, é forçado a sentir uma culpa e uma responsabilidade inexplicáveis – pois o recalçamento, defesa bem sucedida contra o gozo oriundo do desejo satisfeito da experiência infantil, o faz sentir-se inocente (Freud, 1896, 1996). Ele tenta fugir da percepção de culpa e responsabilidade por meio de atos expiatórios, limitações autopunitivas e outros tantos sintomas, os quais têm valor de moções pulsionais masoquistas. Por fim, os sintomas que, em princípio, serviam para limitar o eu, passam a funcionar como satisfações substitutivas. Isso explicaria a inibição da

vontade, tão característica do neurótico obsessivo, fato este que lhe torna um suplício decidir, uma vez que sempre encontra boas justificativas para caminhos opostos (Freud, 1924, 1996).

Sob as ordens do supereu, o eu passa a desenvolver formações reativas – mecanismos de defesa complementares – exteriorizadas no escrúpulo, na piedade, na limpeza e outras tantas características encontradas nos neuróticos obsessivos, e que buscam eliminar a culpa inconsciente. Para afastar a dificuldade de aceitação da culpa por parte do neurótico obsessivo, decorrente do aparente paradoxo gerado pelo adjetivo inconsciente adicionado à palavra culpa, Freud propõe falar-se em uma “necessidade de punição” (Freud, 1924, 1996, p. 184). Isto porque “sentimentos não podem ser corretamente descritos como ‘inconscientes’” (Freud, 1924, 1996, p. 184, n. 1, aspas no original).

Aquelas ações antigas sentidas como prazerosas e passíveis de recriminação foram escamoteadas dos processos conscientes pelo recalçamento, “uma chapa energética que impede a passagem dos conteúdos inconscientes para o pré-consciente” (Nasio, 1999, p. 26). Durante a puberdade, as ações excluídas da consciência (recalcadas) são agora fontes de conteúdos mnêmicos, os quais podem forçar o acesso à consciência, sozinhos ou investidos pelo afeto de recriminação (Kaufmann, 1996).

Quando se apresenta sozinho, o conteúdo (idéia) obsedante está deformado pelos efeitos do recalçamento e a compulsão neurótica é, na verdade, uma “solução de compromisso” (Kaufmann, 1996, p. 360). Solução de compromisso é a mescla formada por parte da representação inconsciente, cuja energia suplantou a barreira do recalque, e um elemento consciente que a mascara e permite sua manifestação na consciência (Nasio, 1999). Nessa solução de compromisso que deságua na neurose obsessiva, a recriminação inicial apresenta-se sob a forma de uma “desconfiança de si mesmo” (Kaufmann, 1996, p. 360).

Se, por outro lado, o conteúdo está investido de afeto, o sintoma se desnuda por meio de afetos obsedantes. A auto-acusação por ter praticado o ato sexual na infância pode

transmudar-se: a) em vergonha, pois os outros podem perceber algo daquele prazer proibido; b) em angústia hipocondríaca, já que a ação recriminada pode gerar reações somáticas perceptíveis; c) em angústia social, que se apresenta como um temor decorrente da possibilidade de imposição de castigo pelo meio social; d) em angústia religiosa, pelo medo do julgamento divino; e) em angústia de tentação ou falta de confiança nas próprias forças morais contra o possível retorno de ações semelhantes (Freud, 1896, 1996). Nesse “retorno do recalcado”, fica patente o fracasso da resistência inicial (Kaufmann, 1996).

Quando a defesa primária fracassa e o recalcado retorna, ocorrem defesas secundárias; medidas de proteção evidenciadas na formação de outros sintomas para os quais a compulsão se transfere na forma de ações (compulsivas). A defesa secundária também pode se dar por representações obsedantes, compulsão de pensamentos ou doença da dúvida, as quais acabam por se mostrar como “*recriminações por agressões sexuais cometidas durante a infância*” (Freud, 1896, citado por Kaufmann, 1996, p. 361, em itálico no original).

Recriminações bem disfarçadas pelo obsessivo através do sintoma da conscienciosidade, a qual se refere à certeza de que a ação durante o período de defesa bem-sucedida foi moralmente correta. Isto o impossibilita de dar crédito à recriminação presente na representação obsedante (Freud, 1896, 1996; Kaufmann, 1996). Os obsessivos vivem, então, sob império de uma culpa inconsciente, que não é facilmente aceita, já que eles sabem “demais por que tormentos – as dores da consciência – se expressa um sentimento consciente de culpa, uma consciência de culpa e, portanto, não podem admitir que possam abrigar em si mesmos impulsos exatamente análogos, sem estarem no mínimo consciente deles” (Freud, 1924, 1996, p. 184).

Seja culpa inconsciente, seja necessidade de punição, certo é que nessa clausura invisível para a consciência do obsessivo, ele experimenta uma angústia de expectativa, que espreita a iminência da desgraça por uma tentação possível, ratificada pela presença da sanção

(Kaufmann, 1996). De todo modo, o ritual obsessivo consiste em deslocar os sentimentos intensos recalçados para ações fúteis, dando a impressão de “querer atenuar tudo, inclusive sua presença pessoal (...) fechar-se até os limites do anonimato” (Kaufmann, 1996, p. 363).

2.3. Obsessão e erotismo anal

O mecanismo utilizado pela neurose obsessiva é a regressão ao estágio sádico-anal (Freud, 1926, citado por Kaufmann, 1996). O supereu aproveita-se da regressão do eu à fase sádico-anal e se torna mais duro e crítico em face do eu (Freud, 1924, 1996).

Isso porque, na puberdade do obsessivo, ou a organização genital se mostra fraca ou o eu ergueu barreiras contra o processo pulsional cedo demais. Tem início uma desvalorização da vida genital e o eu a faz regredir ao estágio sádico-anal. Esforçando-se por defender-se de qualquer intromissão, sobretudo por parte dos seres mais próximos, o obsessivo guarda-se, assim como a criança retinha seus excrementos na fase anal, para ter controle e domínio sobre a entrega do seu “presente” (Kaufmann, 1996). Entrega, acrescenta-se, ao outro, objeto de amor que lho requisita.

O sintoma obsessivo tanto pode ser concebido como uma regressão em face do complexo de Édipo ou como uma organização progressiva contra uma regressão ao estágio anal primário ou, regressão ainda maior, ao estágio oral, o que aproxima a neurose obsessiva de patologias narcísicas, a exemplo da esquizofrenia, da psicose, da melancolia (Green, 1967, 2005). Esse raciocínio ilustra “a hipótese sustentada por Freud [...] para a neurose obsessiva como regressão frente ao Édipo, ou seja, da organização obsessiva como defesa contra a regressão (...)” (Green, 1967, 2005, p. 220, n. 3). A regressão sádico-anal se dá sob comando da fase genital, a qual não desaparece. Ainda assim, a analidade “permanece como pedra angular da metapsicologia da neurose obsessiva” (Green, 1967, 2005, p. 216).

O objeto anal é, antes de tudo, objeto de mediação – base das relações oral/anal e anal/fálica; “seu nascimento é oral (o alimento ingerido), seu desenvolvimento é transformação ([produto da] criança), seu destino é fálico ou genital (castração)” (Green, 1967, 2005, p. 218).

Transposta para a psicanálise lacaniana, essa mediação também se dá pela linguagem: o Outro lacaniano, espaço aberto de significantes ou presença que evoca o desejo, exige o objeto anal pela linguagem e o sujeito deve a ele responder também por intermédio da linguagem. Dizer, querer e fazer ligam-se estreitamente na satisfação dessa exigência e a mediação da Lei do Outro⁹, ou a Lei do pai, se transforma em Lei institucionalizada observada de forma escrupulosa: horários, hábitos, ordem (Green, 1967, 2005).

Na neurose obsessiva, parte das pulsões parciais do período pré-genital é desviada, pela sublimação, para fins diferentes daqueles voltados à vida sexual da criança (Kaufmann, 1996). É possível, por exemplo, perceber que “o instinto de conhecimento pode [...] tomar o lugar do sadismo no mecanismo da neurose obsessiva” (Freud, 1913, 1996, p. 348). O conhecer nada mais seria que uma espécie de sublimação do instinto de domínio a quem o intelecto celebra, alimentando a neurose obsessiva com a dúvida constante, que lhe é tão íntima (Freud, 1913, 1996). Assim, a ação coloca a pulsão de saber, que nada mais é do que um “rebento intelectualizado” da pulsão de apreensão, no lugar das pulsões parciais da fase anal, como substituto do sadismo e do erotismo anal e cuja recusa deságua na dúvida lancinante implicada na estrutura obsessiva (Freud, 1913, citado por Kaufman, 1996).

⁹ A Lei do Outro remonta ao recalque originário, quando a criança por meio da linguagem e através de uma metáfora, a metáfora do Nome-do-Pai, demonstra que consegue controlar, pelo simbólico, o fato de que a mãe se ausenta para buscar no pai aquilo que falta a ela, mãe, qual seja, o falo, e que a criança percebe que não consegue suprir. No momento em que a criança percebe não ser o falo e que este deve estar em outro lugar, ela efetua a substituição do significante do desejo da mãe (o falo) pelo significante Nome-do-Pai. Nesse momento, a criança deixa de ser objeto do desejo do outro para colocar-se como sujeito. A criança associa as ausências da mãe à presença do Pai, o pai simbólico, por ser o representante da lei, do símbolo, pois a criança pensa que ele deve ser o detentor do falo, que é desejo da mãe. “Aqui, em especial, intervém o Nome-do-Pai associado à Lei [do Outro] simbólica que ele encarna” (Dor, 1989).

O desvio das pulsões parciais do período pré-genital dá origem, nos obsessivos, a formações reativas exteriorizadas pela vergonha, pelo nojo e pela moral, os quais são utilizados para derrotar as excitações que, no passado, eram originárias da zona anal, zona erógena privilegiada em determinada fase do desenvolvimento sexual (Kaufmann, 1996).

Essa zona, bem como os prazeres que dela advém, são inservíveis, na nossa cultura ocidental, a fins sexuais; daí o sujeito ver-se obrigado a desviar as pulsões investidas nela – e nos seus produtos – desenvolvendo peculiares traços de caráter: amor à ordem, preocupação de economizar e teimosia (Kaufmann, 1996). Pode-se também dizer que “certos neuróticos apresentam três traços caracterológicos particularmente pronunciados, a saber: um amor à ordem que muitas vezes se transforma em formalismo, uma parcimônia que se transforma facilmente em avareza e uma obstinação que pode tornar-se uma irada rebeldia” (Abraham 1921, 2005, p. 20).

Como dito anteriormente, a analidade é a pedra angular da metapsicologia da neurose obsessiva. O “objeto anal é emoldurado por duas ausências” (Green, 1967, 2005, p. 216). Em um primeiro movimento o sujeito expulsa o objeto anal – as fezes – satisfazendo o pedido de outrem. O sujeito renuncia àquela fonte interna e oculta de prazer em prol do Outro (geralmente a mãe) que o solicita. Assim se dá a primeira ausência. Nessa entrega, o objeto anal torna-se o “*desmoranamento do valor*”, pois aquele que o dotara de valor no tempo que o solicitou, termina por aniquilar a produção do sujeito, por meio da limpeza pela água. Esse aniquilamento marca a segunda ausência do objeto anal, perdido – ou jogado fora – por meio dos cuidados da mãe (Green, 1967, 2005, p. 217, grifo no original).

O prazer do contato manual, que não pode daí ser tirado, esse gozo impossível, impede a satisfação da agressividade em uma fase na qual o exercício da musculatura permite à criança satisfazer as potencialidades agressivas tão características desse estágio de desenvolvimento do eu. O obsessivo tem a perpétua impressão de subestimação de si mesmo,

pelo rebaixamento dos seus produtos e pela destruição de sua produção feita pelo Outro (Green, 1967, 2005).

Esse recalçamento do prazer originado no erotismo anal é a gênese de outros caracteres do obsessivo, a exemplo do gosto pelo segredo, da habilidade de frear a própria agressividade por meio do amor, ao mesmo tempo em que pode transformar, num átimo, ainda que seja por processos reativos, sua postura habitual de respeito e submissão em “atitudes violentas, injuriosas, obscenas, escatológicas (...)” (Kaufmann, 1996, p. 363). Outro traço característico dos obsessivos é o desprezo que nutrem pelas produções alheias, as quais buscam fazer desaparecer “pela violência ou pelo silêncio” (Green, 1967, 2005, p. 217).

2.4. Obsessão e masoquismo

A consciência de culpa, tão típica da neurose obsessiva, delinea um sujeito vitimado pelos próprios pensamentos, mas que retira daí “uma tal força narcísica que chega a se imaginar perfeito e inatacável” (Kaufmann, 1996, p. 324). A obsessão é sempre incômoda, suja, representa sempre um algo desagradável e, ainda assim, “é nítido o prazer que o sujeito experimenta em volta e meia retomar ao tema obsessivo (...)” (Green, 2005, p. 220).

Os processos mentais são governados pelo princípio do prazer, ou seja, evita-se o desprazer e visa-se à obtenção de prazer e, do ponto de vista econômico, em tese, o masoquismo não faria sentido (Freud, 1924, 1996). Pulsões masoquistas se desvelam no retorno permanente do obsessivo às sensações desprazerosas do tema obsessivo; como explicá-las, já que parecem incompreensíveis e misteriosas para a vida instintual é a indagação que se faz Freud (1924, 1996).

A aparente contradição se explica pelo fato de que todo organismo tende a manter-se em equilíbrio, com o objetivo de “conduzir a inquietação da vida para a estabilidade do estado inorgânico(...)” (Freud, 1924, 1996, p. 177). Esse estado, onde se expressa o princípio do

Nirvana, nada mais é que manifestação da pulsão de morte, que “experimentou nos organismos vivos uma modificação através da qual se tornou o princípio do prazer (...)” (Freud, 1924, 1996, p. 178).

Sob essa perspectiva, tanto o Princípio do Prazer quanto o do Nirvana, decorrem da mesma energia e toleram-se mutuamente na vida pulsional humana, ainda que gerem conflitos por terem objetivos diferentes. Essa conclusão confere lógica ao masoquismo, como uma primeira aproximação para explicar a aparente contradição entre a procura pulsional pelo prazer em convivência com o desprazer que ela impõe [ao obsessivo] (Freud, 1924, 1996, p. 178).

Em verdade, o masoquismo vai surgir no momento em que a libido, na tentativa de tornar inócua a pulsão de morte destruidora, a direciona para fora do organismo. Nesse movimento está a gênese do sadismo, o qual decorre de parte da energia da pulsão de morte colocada a serviço da função sexual, expressando-se por meio do sistema muscular na direção dos objetos do mundo exterior. Outra parcela de energia daquela pulsão permanece no organismo, na forma de um masoquismo erógeno. Ou seja, sadismo e masoquismo são idênticos, isto é, decorrem da mesma energia, e este último nada mais é que o resíduo daquele, que fica preso no organismo, torna-se componente da libido e tem o eu como objeto (Freud, 1924, 1996).

O masoquismo erógeno é o prazer no sofrimento e subjaz às formas de masoquismo moral e feminino. O masoquismo moral gera um sentimento de culpa inconsciente, enquanto o masoquismo feminino apresenta-se em fantasias de sofrimento físico, as quais fazem concluir que o masoquista busca ser tratado como uma criança desamparada e especialmente travessa. A característica feminina remete à castração, que “com frequência deixa um traço negativo de si próprio nas fantasias” (Freud, 1924, 1996, p. 180). Decorre daí a culpa, que parece inexplicável – pois permanece indefinida a natureza do crime cometido – e que deverá

ser aplacada por rituais atormentadores. A culpa, sabe-se, íntima do neurótico obsessivo, fornece transição para o masoquismo moral (Freud, 1924, 1996).

O masoquismo moral é notável no seu afrouxamento da vinculação com a sexualidade. Esse masoquismo passou a não depender do sofrimento imposto pela pessoa amada, senão que a importância está no próprio sofrimento, independente de quem – ou o quê – o decreta: “(...) o verdadeiro masoquista sempre oferece a face onde quer que tenha oportunidade de receber um golpe” (Freud, 1924, 1996, p. 183). Satisfazer o sentimento inconsciente de culpa – a necessidade de punição – pode ser o maior ganho do indivíduo por meio da neurose obsessiva. A consciência de culpa decorre diretamente da tensão entre eu e supereu e a questão é aclarar a origem para um desempenho tão exigente do supereu, bem como o motivo do medo gerado no eu quando se descobre em diferença com o supereu, seu ideal (Freud, 1924, 1996).

É necessário descobrir essa tensão no desenvolvimento do eu, o qual deve compor as pulsões insaciáveis do mesmo com as exigências da realidade, tendo o supereu, que a ambos representa, como “um modelo que pode esforçar-se por seguir” (Freud, 1924, 1996, p. 184). O supereu surge da introjeção dos primeiros objetos libidinais, cujas relações foram dessexualizadas quando da superação do complexo de Édipo. Nesse movimento, o supereu retém a força, a severidade e a inclinação para punir, acrescidas do poder que lhe advém por também ser representante do mundo real. “O complexo de Édipo mostra assim ser (...) a fonte de nosso senso ético individual, de nossa moralidade” (Freud, 1924, 1996, p. 185).

Alguns indivíduos dão a impressão de uma inibição moral excessiva, apesar de não se darem conta dessa ultramoralidade. Mas essa característica tem sutis diferenças, quando observada mais de perto. Há situações em que o supereu submete o eu por meio de um sadismo intensificado, uma extensão inconsciente da moralidade; ao passo que no masoquismo moral o ego se movimenta em direção à busca de punição, seja ela do supereu,

seja dos poderes externos – parentais e do Destino. Aí está o motivo para o sadismo do supereu – relacionado à punição – tornar-se predominantemente consciente, ofuscando na inconsciência a tendência masoquista do eu – relacionada à imposição de sofrimento – a qual somente pode ser inferida a partir de comportamentos (Freud, 1924, 1996).

Essa inconsciência de culpa pode ser traduzida como uma necessidade de ser punido pelo poder paterno, donde o desejo fantasístico de espancamento, o qual escamoteia o desejo, agora deformado, de uma relação sexual feminina (no sentido de passiva) com o pai. Assim, se consciência e moralidade surgem pela superação, vale dizer, dessexualização do complexo de Édipo, é de se afirmar que o masoquismo moral torna a moralidade mais uma vez sexualizada, significando uma regressão à fase edípica (Freud, 1924, 1996).

Certo é que este masoquismo moral denota “uma agressividade feroz do supereu em face do eu, eu e supereu formando um verdadeiro par sadomasoquista em que, mediante o sentimento inconsciente de culpa, a moral se vê, observa Freud, “ressexualizada”, quando ela só pudera surgir depois que o complexo de Édipo fora superado, isto é, dessexualizado” (Kaufmann, 1996, p.324, aspas no original).

2.5 Obsessão – a leitura lacaniana

Assim como Freud, Lacan constatou a maior complexidade da neurose obsessiva em face da histeria quando afirma que “é realmente impressionante ver que, depois de tanto tempo clinicando a neurose obsessiva, somos incapazes de reenseá-la, (...) em vista da diversidade dos aspectos que ela nos apresenta” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 411).

Nesse sentido, a contemporaneidade trouxe novas questões para a nosologia da neurose obsessiva e Lacan, ainda que não tenha abandonado a distinção, desde Freud, entre neurose, psicose e perversão, chama atenção para a necessidade de se adaptar as características nosográficas da obsessão à contemporaneidade (Peres, 2005). Ou seja, é como

se não existisse uma neurose obsessiva, mas variadas manifestações neuróticas singulares nas quais a estrutura obsessiva pode ser vislumbrada (Peres, 2005).

Não apenas Lacan, em sua releitura freudiana, mas todos seus seguidores têm contribuições para o estudo das obsessões. Melman (1998) explica que a dificuldade no estudo da neurose obsessiva vem da escolha do olhar desde onde será vista, bem como do fato de que nela não há um ponto de clivagem onde um observador possa se apoiar, pois ela se apresentará como uma esfera na qual uma espécie de crispação dos orifícios opõe-se a qualquer estudo.

Tudo isso porque, na cultura ocidental moderna, o imaginário constrói o mundo fechado, pleno e completo e não se vai admitir qualquer defecção e, heresia maior, que ele é formado a partir dessa própria defecção (Melman, 1998). “O obsessivo, como se sabe, tenta articular séries de enunciados que obedeceriam a regras estritas de inferências. Ele procura, de certa forma, evitar toda ruptura naquilo que diz, e, ao mesmo tempo, toda expressão de sua subjetividade” (Chemama, 1998, p. 17).

A neurose obsessiva representa uma saída para tentar controlar ou arrumar aquilo na ordem da sexualidade do Outro que é representante da falta, restaurando-lhe a integridade (Melman, 1998). Essa relação com a castração, a falta, vai fazer emergir a percepção, no menino, de que algo que ali está é da ordem do excesso e, não sendo necessário, deve ser corrigido, ao que ele reage defendendo-se contra o fato de que deve renunciar àquele algo desnecessário, por ser excessivo. Mas aquilo que não deveria estar ali se põe a se manifestar, provocando angústia e dificuldades ao sujeito (Melman, 1998).

Esse processo é o que Lacan irá figurar como aquilo que deve ser abandonado na relação com o falo (Melman, 1998). O falo, na teoria lacaniana, não designa o órgão genital masculino. Antes, ele é um significante¹⁰ particular, diferente de todos os outros significantes.

¹⁰ Ver nota 1.

O falo baliza o trajeto do desejo, ele “abre e fecha o acesso à descarga (...); Freud diria: o recalçamento” (Nasio, 1993). “A referência ao falo não é a castração via pênis, mas a referência ao pai, ou seja, a referência a uma função que mediatiza [medeia] a relação da criança com a mãe e da mãe com a criança” (Dor, 1985, 1989).

A tentativa obsessiva gira em torno da “evacuação (...) da instância representativa do desejo” (Melman, 1998, p. 54). Um processo de forclusão¹¹ dessa natureza, entretanto, não poderá se dar, uma vez que o obsessivo já simbolizou o recalque, o qual não deixará de retornar. Isso porque, fora uma forclusão verdadeira, o recalcado teria sido recusado e, uma vez não admitido no registro do simbólico, teria redundado em uma psicose, não numa neurose.

A metáfora do Nome-do-Pai, a interdição, para usar a linguagem freudiana, estabelece um primado do supereu. No neurótico obsessivo, essa Lei do Pai não apenas funcionou, aparentemente, funcionou demais. Esse significante-mestre, que ele quer forcluir, retorna sob forma imperativa, impondo-se e exigindo (Melman, 1998).

A tentativa mal sucedida do obsessivo em forcluir a instância fálica, essa metáfora do Nome-do-Pai, faz com que ela retorne, impondo-se por meio de uma afirmação e de uma negação concomitantes. Daí a dúvida permanente do obsessivo. Por não saber se o que se insinua é ou não é, nada mais existe que lhe possa servir de garantia da verdade e a que ele possa dar crédito. O medo da verdade leva o obsessivo a procurá-la na cadeia significativa, mas sempre de uma maneira retroativa, buscando-a incessantemente no antecedente, numa tarefa esgotante que jamais tem fim, uma vez que não há certeza do resultado (Melman, 1998).

¹¹ Mecanismo específico da psicose, por meio do qual o sujeito rejeita o significante fundamental [falo] para fora do universo simbólico. Uma vez rejeitado, isto é, foracluído, esse significante retorna de forma alucinatória no real do sujeito (Roudinesco, 1998).

Na estrutura histérica, o sujeito, para defender-se da própria falta, vai perscrutá-la incessantemente no Outro¹², isto é, a questão do desejo do Outro é que direciona o pensar, o agir e o sentir históricos. Na estrutura obsessiva, diferentemente, haverá uma tentativa constante de anular a dimensão do Outro. Nesse sentido, o obsessivo tentará neutralizar com sua lógica qualquer palavra ou ação externa ou interna que ameace empanar o brilho dos castelos de lógica tão bem construídos. Mas é um discurso irrefletido, insosso e vazio. O discurso obsessivo se reduz a cadeias de razão em que nada provoca uma parada. Um discurso sem corte que exclui o próprio sujeito, “como se toda afirmação subjetiva tivesse alguma coisa de indecente” (Chemama, 1998, p. 24).

A regressão que se opera no obsessivo ao ponto de fixação na fase anal-sádica é da ordem do possível e acontece “na dependência de haver regressão a um registro no qual o anal substituísse o falo inexistente” (Lacan, 1990, citado por Mees, 1998, p. 38). Ou seja, o obsessivo defende-se, pela analidade, da possibilidade de emergência do desejo sexual.

Na fase anal, diferentemente do registro oral anterior, prevalece a demanda que vem do Outro, nesse sentido, é “tudo para o Outro”. Preso ao desejo do Outro, o obsessivo evita-se perguntar o que ele próprio deseja, ficando sempre no aguardo de uma demanda, de um pedido do Outro; pedido claro, sem equívocos (Mees, 1998). “Para Lacan, o fundamento da história do obsessivo é a sua alienação a um mestre, um senhor cuja morte ele anseia e espera; morte que já ocorreu, de fato. Portanto, ele se acha prisioneiro de algo que já ocorreu, donde se imobiliza” (Peres, 2005, p. 371).

Para Lacan, o obsessivo passou por uma defusão instintual precoce, momento em que as tendências destrutivas se destacaram prematuramente, comprometeram seu desenvolvimento e marcaram sua estrutura subjetiva de modo peculiar (Peres, 2005). No

¹² Ver nota 4.

obsessivo fica evidenciado um desejo forte; uma força que o atemoriza e o leva a transformar tudo em demanda para se proteger (Peres, 2005).

A neurose obsessiva apresenta-se das mais variadas formas e as fantasias do obsessivo carregam sempre um quê de enigmático, indecifrável. Elas, as fantasias, devem ser encaradas como um roteiro organizado que permanece latente no inconsciente, o qual confere a elas consistência e insistência. As fantasias sádicas são preponderantes nos obsessivos, são organizações significantes em si mesmas e sempre decepcionantes quando, eventualmente, se realizam (Peres, 2005).

Para apaziguar as exigências do supereu, o obsessivo se impõe tarefas árduas, que podem ser confundidas com produtividade e atitudes altruístas. São, na verdade, saídas baseadas na substituição de sintomas, materializadas em uma série de cerimoniais, precauções e desvios que visam a poupar o outro e com ele se relacionar (Peres, 2005).

2.6. O desejo na neurose obsessiva

Na neurose obsessiva, nada mais que o desejo é o que se vê “embargado, imobilizado, impedido de se exprimir”, ainda que Freud não instale “o espaço do desejo”, mas o trate como “medidas de proteção, recalçamento das moções pulsionais, defesa de ações proibidas”, entre outras expressões (Kaufmann, 1996, p. 115).

“O obsessivo também é orientado para o desejo. Se não se tratasse, em tudo e acima de tudo, do desejo, não haveria homogeneidade nas neuroses” (Lacan, 1957-1958, 1998, p. 411). O desejo do obsessivo é evanescente em decorrência de uma dificuldade fundamental da relação dele com o Outro, este entendido como “o lugar onde o significante ordena o desejo” (Lacan, 1957-1958, 1998, p. 417).

Para abordar o tema do desejo, inclusive no obsessivo, Lacan rememora a tese de Freud sobre os obsessivos, os quais viveram o trauma psíquico de forma ativa, dele extraindo

prazer, ao contrário da histeria, onde ele foi vivido como uma irrupção do sexual, uma sedução súbita (Lacan, 1957-1958, 1998). Todo desejo, em sua função inconsciente, é desejo do Outro; o desejo é um além que o sujeito busca articular e, nessa articulação, ele se depara com o desejo do Outro como tal (Lacan, 1957-1958, 1998).

Segundo Freud, continua Lacan (1957-1958, 1998), no obsessivo houve uma defusão precoce dos instintos de vida e de morte e, por conta disso, o obsessivo tende a destruir seu objeto. O desejo, o além da demanda, é o que o obsessivo, como qualquer neurótico, visa. Pelo fato do desejo situar-se entre a limitação da necessidade e o caráter incondicional da demanda de amor, ele, o desejo, nega o elemento de alteridade naturalmente presente nessa demanda.

O caráter incondicional da demanda se transforma em condição absoluta do desejo; desejo que, em estado puro, acaba por negar o Outro. Ao ultrapassar o limite da demanda incondicional de amor, o sujeito transfere a incondicionalidade para a necessidade. Vale dizer, a demanda se transforma em necessidade, numa “idéia fixa” (Lacan, 1957-1958, 1998).

“O obsessivo faz seu desejo passar à frente de tudo”, busca-o na sua própria condição de desejo, o que determina a destruição do Outro. Mas é da natureza do desejo necessitar do apoio do Outro. Essa ambivalência, a contradição interna, faz com o que o obsessivo perca-se num eterno impasse em relação ao seu próprio desejo. Destarte, o problema do obsessivo é dar suporte a esse desejo que, no seu registro psíquico, condiciona a destruição do Outro, fazendo desaparecer o próprio desejo. A histérica se identifica com o outro imaginário e nele apóia seu desejo; o obsessivo, diferentemente, busca tal apoio em um objeto, sempre redutível ao significante falo, significante do Nome-do-Pai (Lacan, 1957-1958, 1998, p. 414).

Para a compreensão da dialética do desejo do obsessivo, é de se questionar a função da figura do pai interditor, visto sob as perspectivas do real, do simbólico e do imaginário, assim como a morte do pai, o qual representa a interdição do gozo. O pai real é aquele que se

imiscui entre a mãe e o bebê, triangulando essa relação, antes mesmo que a criança disso se aperceba. O pai real é reconhecido por todos pelo seu nome, o Nome-do-Pai. Na cadeia simbólica, esse significante o erige e sanciona como pai, independente do reconhecimento que se faça da sequência de acontecimentos fáticos que redundaram no nascimento do bebê. Assim, “a posição do pai como simbólico (...) a qualidade do pai como procriador, é uma questão que se situa no nível simbólico” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 187). No plano imaginário, o pai é aquele que priva a mãe da satisfação do desejo dela, na medida em que ela reconhece nele sua própria lei (Lacan, 1957-1958, 1999, Dor, 1989).

A destruição do outro, representada na morte do pai interditor – o pai simbólico – fala da agressividade fundamental que atinge a relação do sujeito e do outro, nos moldes de uma relação senhor escravo (Peres, 2005). No funcionamento da dialética do senhor e do escravo, este sabe de sua condição mortal e não duvida dessa condição em relação ao senhor, para quem a morte também chegará. Assim, o escravo renuncia ao gozo e espera pelo momento incerto da morte do senhor. Essa espera leva ao obsessivo os caracteres da dúvida e da procrastinação. O obsessivo (escravo) vive no momento antecipado da morte do outro (senhor), nessa espera se identifica com a morte e, “nesse sentido, ele próprio já é morto” (Peres, 2005, p. 371). Essa tensão mortífera em relação ao pai é consequência de uma posição narcísica em que o sujeito se viu enredado, na medida em que a mãe o fez acreditar ser ele o suplemento de gozo para o desejo insatisfeito dela, mãe (Peres, 2005).

A fala do obsessivo remete a outro e essa objetualização, longe de ser consequente à introspecção, reflete a evitação do próprio desejo, deste outro que é seu próprio eu. Nesse sentido, “o movimento de destruição do outro se reverte em uma destruição de si mesmo”. A relação mortal consigo mesmo reflete a angústia perante o Outro. Na verdade, o obsessivo faz-se de morto perante o outro e apaga seu gozo (nega o desejo) para fugir de uma possível cólera do senhor (Peres, 2005, p. 372).

Na dialética entre desejo e demanda, o obsessivo nega o Outro e atribui à demanda um caráter de condição absoluta, caráter esse que é próprio do desejo. Dessa forma, o sujeito centra sua atenção no desejo como tal, desejo que é o próprio Outro e cuja aquisição comporta a destruição desse Outro (Peres, 2005). “O recobrimento do desejo pela demanda revela a profunda dificuldade do sujeito obsessivo para passar ao lugar do desejo e sustentá-lo por sua conta e risco. Ele está sempre na dependência que o Outro o autorize ou lhe peça isso” (Rinaldi, 2003).

Se o seu desejo é forte, pode-se inferir que o desejo do grande Outro também o é. Essa conclusão confere ao desejo do Outro um caráter onipotente e ameaçador, o que leva ao movimento de destruição do Outro. Todos esses movimentos marcam o desejo como impossibilidade, com medidas de evitação e escapatórias que impedem ao obsessivo o confronto com o próprio desejo. Para destruir o desejo, o obsessivo constrói um superinvestimento na dimensão significativa, estratégia para manter o Outro vivo, de onde decorrem as racionalizações, dúvidas e abstrações a que se submete. “É o império do pensamento” (Peres, 2005, p. 376).

Assim, o que é o desejo e de que forma ele implica o sujeito obsessivo? Tal como na histeria, na obsessão o sujeito necessita de um desejo insatisfeito, pois o desejo sempre vai além da demanda. A questão do esvaecimento do desejo é resolvida pelo obsessivo tornando-o desejo proibido e sustentado exatamente pela proibição do Outro. De todo modo, “as diversas tentativas de reequilíbrio que o sujeito [obsessivo] faz evidenciam o que é o objeto de sua busca equilibradora, a saber, conseguir reconhecer-se em relação a seu desejo” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 423).

Conclusão

O sujeito humano não escapa do seu próprio desejo, ainda que este seja o desejo do Outro. Muitas vezes, o desejo parece um fardo e cria sintomas, pois não se sabe como lidar com ele.

O que Freud descobriu essencialmente, o que ele apreendeu nos sintomas, fossem estes quais fossem, quer se tratasse de sintomas patológicos, quer se tratasse do que ele interpretou no que até então se apresentava como mais ou menos redutível à vida normal, como o sonho, por exemplo, foi sempre um desejo (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 331).

Assim, antes mesmo que o sujeito escolha a neurose, como disse Freud (1913, 1996), o desejo se faz presente. É com o desejo que todo ser humano se defronta desde sua pré-história, antes mesmo de ser dado à luz. O desejo nos confronta a todos, desafia-nos, escapanos. Esse desejo que Freud descobriu pelo sonho e que pode ser definido, na visão freudiana, como “movimento que, frente à repetição da necessidade, procura recatexizar o traço mnêmico da experiência de satisfação” (Jimenez, 1999, p. 7)

Repetição de necessidades vitais, quaisquer que sejam. Pois toda necessidade do bebê determina, impõe, exige a presença de um adulto, uma vez que o humano recém-nascido não possui as capacidades imprescindíveis para satisfazê-las por si mesmo. Tal fato gera a erogenização do corpo do bebê, suas fantasias e alucinações (Jimenez, 1999). Nesse sentido, sonhos são realizações de desejos – entre eles qualquer desejo culpável – e tomam o lugar da ação, dirá Freud (1900, 1996).

A necessidade vital, da forma como Freud a antecipou na gênese do desejo, será refutada por Lacan, que a verá tão-somente como evidência da supressão do componente biológico presente no desejo (Kaufmann, 1996). O desejo de que se trata na experiência

psicanalítica vai além da mera necessidade; em essência é um desejo que não se reconhece (Miller, 1997); pode-se mesmo inferir, em outras palavras, que é um desejo que o sujeito não reconhece.

Porque o desejo, Lacan acrescentará, não se confunde com a necessidade. Para além desta, é de se discernir a demanda. Necessidade, demanda e desejo, uma tríade conceitual que leva Lacan a demonstrar como o desejo estrutura o sujeito. Certo é que a necessidade existe, é biológica e estruturalmente real. Mas, de que necessidade se trata? A criança “começa a manifestar suas necessidades na presença da mãe” (Lacan, 1957-1958, 1999, p. 472); o bebê chora um choro interpretado pelo adulto. O choro marca a presença de uma necessidade, a qual o adulto coloca em palavras. Nesse momento, aquela necessidade transforma-se, pela linguagem, em demanda. Ou seja, a necessidade aliena-se na demanda e condena o homem ao mundo significante (Kaufmann, 1996).

Mas, onde se forma o desejo? Em algum lugar entre a necessidade e a demanda, pois a essência do desejo deve ser procurada no dinamismo relacionado ao reinvestimento da primeira imagem mnésica que gerou a satisfação. A encarnação real do objeto do desejo é impossível e Lacan é preciso ao ligá-lo indissolavelmente a uma falta. (Dor, 1985, 1989). O desejo “se inscreve sempre entre a demanda e a necessidade” (Lacan, citado por Dor, 1985, 1989, p. 145). A inscrição do desejo do sujeito desafia, a um só tempo, o outro que lhe é semelhante, o Outro, a quem faz um apelo simbólico, e um objeto *a*, representante da falta permanente que o estrutura e é causação (causa e ação) do movimento em direção à satisfação do desejo.

O desejo, pois, é da estrutura mesma de qualquer sujeito. A escolha da neurose, entretanto, muda radicalmente a relação do sujeito com o desejo. Uma vez confrontado com seu desejo, o sujeito deixa passar ao largo uma saída psicótica. Nesse sentido, assim como histéricos, obsessivos foram levados à neurose no curso do seu desenvolvimento psíquico.

A estrutura obsessiva sempre foi e continua sendo um desafio para a psicanálise. Nela não há o fenômeno conversivo, ou seja, a fonte de excitação não é transportada para o corpo, mas permanece no psíquico (Kaufmann, 1996). Na neurose obsessiva o que opera é a ruptura entre a idéia e o estado emotivo, o qual, estando livre, liga-se a outras representações. Estas, ainda que, originalmente, não sejam incompatíveis com o eu, tornam-se obsessivas, em decorrência daquela ligação. Todo esse processo desenvolve-se fora da consciência, ou seja, no inconsciente (Freud, 1894, 1996).

A escolha obsessiva remonta ao tempo da resolução do Complexo de Édipo, momento em que o supereu se consolida como instância especialmente severa, provocando reações de ansiedade no eu, o qual se percebe como não tendo desempenhado à altura papéis indicados por aquela instância. Isso porque a criança viveu com prazer um episódio traumático do passado, o que a leva a um sentimento de culpa incontornável e redundante em recriminações, dúvidas e remorso voltados para si mesma (Kaufmann, 1996, Freud, 1895, 1996).

Para proteger-se, o psiquismo do obsessivo faz-se regredir ao estágio sádico-anal, o que é aproveitado pelo supereu para tornar-se mais duro e crítico. Dessa forma, as obsessões podem ser vistas como sintomas que remontam a uma regressão em face do Édipo ou uma defesa contra uma regressão ainda maior ao estágio oral, o que aproxima a obsessão das psicoses (Green, 1967). Na fase anal, pela primeira vez, o sujeito sente-se dando uma produção ao mundo, esta que lhe é solicitada por meio da linguagem. Pela mediação da linguagem, dirá a psicanálise lacaniana, o Outro solicita a produção do sujeito. Quando dá ao Outro seu produto, a criança o perde e ao ver esse Outro aniquilar sua produção por meio da limpeza pela água, emoldura-se uma segunda ausência na experiência infantil. Daí que esse “desmoronamento de valor” provoca uma perpétua subestimação de si mesmo, característica sempre presente no obsessivo (Green, 1967).

O obsessivo vê-se, antes de tudo, enredado no masoquismo, vitimado pelos próprios pensamentos, mas por eles mesmos alçado a imaginar-se um ser perfeito e inatacável (Kaufmann, 1996). Na verdade, Freud (1924, 1996) já demonstrara que o masoquismo nada mais é que parte da energia da pulsão de morte que continua no organismo, um resíduo que fica após a tentativa do sujeito de exteriorizá-la em prol da pulsão de vida. Essa energia dá origem ao masoquismo erógeno, do qual o masoquismo moral é a marca permanente do obsessivo. No masoquismo moral é frouxa a vinculação com a sexualidade e o sofrimento passa a não depender de qualquer ser amado, senão que a importância está no próprio sofrimento (Freud, 1924, 1996). A grande questão obsessiva é que o sadismo do supereu exigente de uma ultramoralidade esconde o eu masoquista inconsciente, o qual se compraz com sofrimentos auto-impostos. No fundo, esse masoquismo denota a formação do par sadomasoquista supereu-eu, o qual ressexualiza a moral que foi dessexualizada durante o Complexo de Édipo (Kaufmann, 1996).

Sob a ótica da psicanálise lacaniana, conforme Melman (1998), o que ocorre na neurose obsessiva é a tentativa de controlar o que no Outro é representante da falta. Esse representante é o falo, uma metáfora, significante mestre que baliza o trajeto do desejo até a descarga. Nesse sentido, o obsessivo tentou sem sucesso, em algum momento da formação do eu, forcluir a interdição representada pela metáfora do Nome do Pai. Para lidar com a culpa decorrente dessa tentativa mal sucedida, o obsessivo tentará neutralizar o desejo por meio de castelos de lógica bem sucedidos, um discurso sem corte que exclui o próprio sujeito (Chemama, 1998). Para se proteger, o obsessivo faz uma regressão à fase anal-sádica, buscando substituir o falo inexistente e, dessa forma, a possibilidade de emergência do desejo sexual (Lacan, 1990). Preso ao desejo do Outro, já que, na fase anal, é “tudo para o Outro”, o obsessivo sempre aguardará a demanda, o pedido desse Outro (Mees, 1998).

Todo esse movimento relacionado ao desejo, evidencia um desejo forte existente na neurose obsessiva, que carrega sempre uma aura de enigma nas variadas formas e fantasias com que se apresenta. Mas o desejo está presente e, na neurose obsessiva, ele é o que se vê embargado, impedido de se exprimir (Kaufman, 1996). O desejo, isto é, o além da demanda, será visado pelo obsessivo, assim como por qualquer neurótico. Mas o caráter incondicional da demanda de amor faz com que o desejo negue a alteridade presente na demanda. Sendo o desejo absoluto, ele negará o Outro, transformando-se em necessidade, numa idéia fixa (Lacan, 1957-1958, 1998). Mas o desejo necessita, primariamente, de um outro e destruir esse outro significa destruir o próprio desejo. Essa ambivalência é o que dá origem, no obsessivo, aos caracteres da dúvida e da procrastinação (Peres, 2005). Nesse passo, o desejo do obsessivo é evanescente, tornado proibido e sustentado pela proibição do Outro (Peres, 2005).

Esse esvaecer do desejo dá a medida da dificuldade enfrentada na clínica da neurose obsessiva. Se ela, a neurose obsessiva, sempre se mostrou desafiadora aos esforços teóricos da psicanálise, não se há negar que na clínica tais dificuldades vão se demonstrar cabalmente. Pois a neurose obsessiva continua sendo enigmática, em especial pelas mais variadas formas por intermédio das quais ela se apresenta. É assim que a posição obsessiva enreda o sujeito em certos impasses simbólicos que o levam a construir estratégias observáveis na clínica psicanalítica, a exemplo do obsessivo tornar-se avalista do pai de uma dívida simbólica que o faz trabalhar como um escravo; de uma possível feticização de objetos que podem redundar em comportamentos de colecionador; de uma paralisia temporal, que adia o futuro e o prende na indecisão entre dois objetos amorosos (Gazzola, 2005).

Muito se está por estudar, no terreno da neurose obsessiva e o assunto, parece, não dá sinais de esgotamento, ainda que a pesquisa médica, especialidade que continua capitaneando os estudos da saúde, busque homogeneizar os sintomas para ajustar uma forma comum de abordagem do sofrimento humano. O que não se pode esquecer, entretanto, é que o humano

forma-se no psíquico e, este, parafraseando Lacan, é algo que se estrutura na falta, um hiato e um vazio com o qual todo o sujeito se confronta na busca de si mesmo.

A neurose obsessiva é apenas uma das formas desse sujeito descobrir-se (ou não) como estruturalmente faltante. No enfrentamento dessa falta, ele, sujeito, vai precisar caminhar, atravessar suas frustrações e privações. Vai precisar viver a castração como forma de entrar em um mundo que havia antes dele, onde ele entrou sem solicitar e que continuará existindo apesar dele, sujeito. E, ainda que o obsessivo continue negando o desejo que lhe move as entranhas, ele, o desejo, estará sempre ali a espicaçá-lo, fazendo-se causa do movimento em direção a uma satisfação impossível. O desejo, na forma como se mostra na neurose obsessiva, tem desafiado a clínica da psicanálise, além de dar azo a muitas outras especulações teóricas não apresentadas neste trabalho. Quanto à psicologia, à psicanálise e às demais ciências, elas continuam a perscrutar a neurose obsessiva para descobrir nos sintomas que se apresentam formas de minimizar o sofrimento do sujeito.

Referências Bibliográficas

- Abraham K. (1921, 2005). Contribuições à teoria do caráter anal. In: Berlinck, M.T (Org.). *Obsessiva neurose*. São Paulo: Escuta.
- Brusset, B. (2003). Introdução Geral. In: Brusset, B. e Couvreur, C. (Org.). *A neurose obsessiva*. São Paulo: Escuta.
- Barros, R. R.(1999). Três breves comentários acerca do inconsciente freudiano. In: Jimenez, S e Motta, M. B. (Org.). *O desejo é o diabo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Chemama, R. (1998). A neurose obsessiva feminina hoje. In *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre* nº 17 – Nov/1999 – pp. 16 a 25.
- Dor, J. (1985, 1989). *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Delorenzo, R. (2005). *Neurose obsessiva*. São Paulo: Casa do Psicólogo (Coleção clínica psicanalítica).
- Fink, B. (1998). O sujeito e o desejo do outro. In: *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1998). A função criativa da palavra: o simbólico e o real. In: *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Freud, S. (1894,1996). *As neuropsicoses de defesa*. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. III, p. 50 a 72. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1895|1894|,1996). *Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia*. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. III, p. 75 a 90. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1896,1996). *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa*. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. III, p. 159 a 186. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1900,1996). *A Interpretação dos Sonhos: Capítulo III – O sonho é a realização de um desejo*. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. IV, p. 157 a 168. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1913,1996). *A disposição à neurose obsessiva*. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XII, p. 337 a 352. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1924, 1996). *O problema econômico do masoquismo*. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XIX, p. 175 a 190. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1926[1925],1996). *Inibições, sintomas e ansiedade*. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XIX, p. 178 a 188. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Gazzola, L. R. (2005). *Estratégias na neurose obsessiva – introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Green, A. (1967). Metapsicologia da neurose obsessiva. In: Berlinck, M.T (Org.). *Obsessiva neurose*. São Paulo: Escuta, 2005.
- _____. (1964). Neurose obsessiva e histeria. In: Berlinck, M.T (Org.). *Obsessiva neurose*. São Paulo: Escuta, 2005.

Hegel, G. W. F. (1806-1807, 1992) *Fenomenologia do Espírito* (§§ 178, 179, 190). 2ª edição. Petrópolis: Escuta.

Jimenez, S. (1999). Considerações psicanalíticas sobre o tema do diabo. In: Jimenez, S. e Motta, M. B. (Org.). *O desejo é o diabo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

_____. (1999). Cem anos de psicanálise. In: Jimenez, S e Motta, M. B. (Org.). *O desejo é o diabo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Kaufmann, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1957-1958,1999). *O Significante, a barra e o falo*. O seminário: livro 5: as formações do inconsciente, p. 347 a 364. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1957-1958,1999). *O desejo e o gozo*. O seminário: livro 5: as formações do inconsciente, p. 261 a 279. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1957-1958,1999). *Os sonhos da “água parada”*. O seminário: livro 5: as formações do inconsciente, p. 383 a 398. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1957-1958,1999). *O desejo do Outro*. O seminário: livro 5: as formações do inconsciente, p. 399 a 416. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1964,1985). *O inconsciente freudiano e o nosso*. O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, p. 25 a 35. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Laplanche e Pontalis (2008). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Marcondes, D. (2007). *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein – Parte III, Capítulo 7*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Miller, J-A. (1997). *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Mees, L. A. (1998). A neurose obsessiva. In Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre nº 17 – Nov/1999 – pp. 52 a 62.

Melman, C. (1998). A racionalidade como sintoma. In *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre* nº 17 – Nov/1999 – pp. 52 a 62.

Nasio, J.-D. (1999). *O prazer de ler Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1993). *5 lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Peres, U.T. (2005). Notas sobre a neurose obsessiva em Freud e Lacan. In: Berlinck, M.T (Org.). *Obsessiva neurose*. São Paulo: Escuta.

Pinheiro, T. (2003). *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas*. Rio de Janeiro: Contracapa.

Rinaldi, D. (2003). A dinâmica da neurose obsessiva e os impasses no campo do desejo: o trajeto de uma análise. In *Psychê Revista de Psicanálise* Ano VII, nº 12 – jul/dez 2003 – pp. 65 a 69.

Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30701205>>
Acesso em 21/05/2011.

Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Zimerman, D. (1999, 2006). *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica (neuroses)*. Porto Alegre: Artmed.